

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – CRÉDITO RURAL.....	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Conceito e cronologia legal.....	6
1.3 Objetivos do crédito rural.....	9
1.4 Funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil frente ao crédito rural.....	9
1.5 Instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.....	11
1.6 Estrutura do crédito rural.....	12

## PARTE I

### TÍTULOS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 2 – TÍTULOS DE CRÉDITO.....	17
2.1 Títulos de crédito.....	17
2.2 Conceito.....	18
2.3 Diferenças entre títulos de crédito e contratos.....	18
2.4 Requisitos essenciais aos títulos de crédito.....	20
2.5 Requisitos não essenciais aos títulos de crédito.....	21
2.6 Classificação dos títulos de crédito.....	21
2.7 Recibo de pagamento contra entrega do título.....	22
2.8 Fundamentos para cobrança de títulos de crédito; liquidez, certeza e exigibilidade.....	22
2.9 Principais títulos de crédito existentes no ordenamento jurídico brasileiro.....	22
2.10 Endosso.....	23
2.10.1 Do local do endosso.....	23
2.10.2 Espécies de endosso.....	24
2.10.3 Endosso em branco.....	24
2.10.4 Endosso pleno.....	24
2.10.5 Endosso-mandato.....	25
2.10.6 Endosso-caução.....	25
2.10.7 Responsabilidades do endossante.....	26

2.10.8	Endosso póstumo ou tardio .....	26
2.10.9	Endosso parcial.....	27
2.11	Diferenças entre cessão de direitos e endosso .....	27
2.12	Quadro comparativo das principais diferenças entre endosso e cessão de crédito.....	28
2.13	Modelos .....	28
2.13.1	Modelo de endosso.....	28
2.13.2	Modelo de endosso e aval.....	29
2.13.3	Modelo de notificação de endosso .....	30

<b>CAPÍTULO 3 – CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL, NOTA PROMISSÓRIA RURAL E DUPLICATA RURAL .....</b>		<b>31</b>
3.1	Introdução ao estudo do Decreto-lei 167, de 14 de fevereiro de 1967, criador das cédulas de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural .....	31
3.2	Financiamento rural e as entidades de crédito autorizadas a operar com crédito rural .....	32
3.3	Possibilidade de utilização das cédulas pelas cooperativas rurais para financiamento de seus associados ou filiais .....	34
3.4	Obrigatoriedade de demonstração prévia da destinação do financiamento .....	34
3.5	Faculdade de utilização e recebimento do financiamento por qualquer credor em nome dos demais.....	36
3.6	Obrigatoriedade de demonstração prévia da destinação do financiamento e inclusão de orçamento na cédula .....	37
3.7	Concessão do financiamento para utilização parcelada .....	37
3.8	Limites e prazos para a incidência de juros nas cédulas de crédito rural e a incidência de correção monetária sobre financiamentos do crédito rural .....	38
3.9	Cobrança de juros de mora limitados a 1% ao ano em cédulas de crédito rural e a inaplicabilidade desse limite a outros títulos de crédito, inclusive CPRs Financeiras .....	41
3.10	Fiscalização dos empreendimentos financiados por meio de Cédulas de Crédito Rural e faculdade do credor de acesso irrestrito aos imóveis.....	43
3.11	Cobrança de despesas com serviços de fiscalização .....	44
3.12	Cédulas de crédito rural e sua natureza jurídica.....	45
3.13	Liquidez, certeza e exigibilidade .....	46
3.14	Exigência de parcelas disponibilizadas, porém não utilizadas pelo tomador.....	48
3.15	Amortizações nas operações de endosso .....	49
3.16	Vencimento extraordinário.....	49
3.17	Vencimento antecipado de outros financiamentos rurais do credor em razão do inadimplemento da cédula.....	50
3.18	Aditamento da cédula de crédito rural .....	50

3.19	Amortizações, prorrogações periódicas de vencimento e prorrogações compulsórias .....	52
3.20	Requisitos essenciais da cédula rural pignoratícia.....	53
3.21	Denominação.....	53
3.22	Data e condições de pagamento .....	53
3.23	Nome do credor, cláusula à ordem e a caracterização da cédula de crédito rural pignoratícia como título abstrato e não causal....	54
3.24	Valor e forma de lançamento do crédito concedido e sua indicação de finalidade, destino e utilização .....	56
3.25	Descrição dos bens vinculados em penhor .....	56
3.26	Taxa de juros a pagar, comissão de fiscalização e o tempo de pagamento .....	56
3.27	Praça de pagamento do título .....	57
3.28	Data e local da emissão do título.....	57
3.29	Assinatura do emitente, <i>per se</i> ou representante com poderes especiais .....	57
3.30	Descrição dos bens vinculados à garantia em documento à parte .....	58
3.31	Aplicação da legislação geral sobre penhor à cédula de crédito rural pignoratícia .....	59
3.32	Posse sobre os bens apenhadados, a figura do fiel depositário e a solidariedade do emitente da cédula na conservação do penhor..	60
3.33	Impossibilidade de remoção dos bens apenhadados sem consentimento do credor .....	61
3.34	Aplicação subsidiária dos Decretos-lei 1.271/39, 1.625/39, 4.312/42, das Leis 492/37, 2.666/55, 2.931/56 e da legislação aplicável ao penhor rural e mercantil.....	62
3.35	Cédula rural hipotecária.....	63
3.36	Abrangência da hipoteca cedular sobre as acessões, benfeitorias, construções e melhoramentos ao imóvel .....	64
3.37	Estelionato na cédula de crédito rural hipotecária.....	65
3.38	Incorporação à hipoteca cedular das máquinas, aparelhos, instalações e construções, adquiridos ou executados com o crédito durante a abrangência da cédula .....	66
3.39	Possibilidade de averbação na hipoteca, da constituição de direito real sobre os bens e benfeitorias incorporados ao imóvel onde se localizem e façam parte.....	67
3.40	Bens que podem ser hipotecados .....	68
3.41	Aplicação subsidiária da legislação ordinária sobre hipoteca às cédulas de crédito rural.....	69
3.42	Cédula rural pignoratícia e hipotecária.....	69
3.43	Nota de crédito rural .....	70
3.44	Prazos mínimos e máximos da Nota de Crédito Rural – artigo revogado pelo Decreto-lei 784/69.....	71
3.45	Inscrição e averbação da Cédula de Crédito Rural.....	72
3.46	Informações essenciais ao registro da cédula.....	73

3.47	Obrigatoriedade do oficial de registro de mencionar a existência de documento anexo no ato registral.....	75
3.48	Informações obrigatórias ao ato de registro da cédula .....	75
3.49	Taxas e emolumentos para registro das cédulas de crédito rural em cartórios .....	75
3.50	Nulidade do registro de cédula com grau de preferência já anteriormente registrado.....	78
3.51	Registro de aditivos, endossos e outros atos posteriores à emissão e registro da cédula .....	79
3.52	Pagamento de emolumentos mediante débito na conta vinculada à operação .....	79
3.53	Prazos para realização das inscrições e averbações das cédulas em cartório.....	79
3.54	Cancelamento do registro da cédula de crédito rural.....	80
3.55	Correção judicial sobre o livro de registro de cédulas.....	81
3.56	Nota Promissória Rural .....	81
3.57	Requisitos essenciais da Nota Promissória Rural .....	82
3.58	Duplicata rural .....	83
3.59	Requisitos essenciais da duplicata rural .....	83
3.60	Rito executivo para cobrança judicial da cédula de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural, bem como a possibilidade de venda judicial antecipada de bens arrestados e penhorados.....	85
3.61	Privilégios especiais da nota de crédito rural, da nota promissória rural e da duplicata rural diante de outros títulos de crédito .....	87
3.62	Penalidades aplicáveis ao emitente de duplicata rural simulada ...	88
3.63	Bens que podem ser dados em garantia de penhor cedular.....	88
3.64	Bens de produção que podem ser dados em garantia de penhor cedular.....	89
3.65	Constituição de novo penhor sobre bens já apenhados.....	90
3.66	Extensão do penhor a financiamentos subsequentes .....	91
3.67	Proibição de venda dos bens apenhados ou hipotecados por cédulas rurais sem o expreso consentimento do credor financiador .....	91
3.68	Aplicação subsidiária das normas de direito cambial às cédulas de crédito rural, às notas promissórias rurais e às duplicatas rurais....	92
3.69	Dispensa de protesto para ação de regresso contra os avalistas....	92
3.70	Nulidade da prestação de garantias reais e ou pessoais por terceiros em notas promissórias e duplicatas rurais.....	93
3.71	Os prazos e a publicidade dos penhores agrícola e pecuário .....	94
3.72	Anotação e averbação da prorrogação de vencimento da cédula....	95
3.73	Autorização ao emitente para dispor dos bens da garantia .....	96
3.74	Valor principal; juros; comissão de fiscalização; despesas cartorárias; pena convencional; despesas legais e convencionais; Proagro; bens garantidores da operação de financiamento e sua abrangência sobre o crédito deferido.....	96

3.75	Reforço das garantias em caso de diminuição ou depreciação do valor destas no mercado.....	102
3.76	Cuidados fitossanitários com o rebanho objeto de penhor pecuário.....	104
3.77	Proibição da venda de crias fêmeas ou vacas aptas à procriação em casos de penhor pecuário.....	105
3.78	Necessidade de assinatura do terceiro prestador da garantia de penhor e hipoteca na cédula de crédito rural.....	105
3.79	Inalienabilidade dos bens objeto de penhor ou hipoteca constituídos pela cédula de crédito rural .....	106
3.80	Responsabilidade de recolhimento dos encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e da remuneração dos trabalhadores rurais por parte do emitente da cédula de crédito rural.....	107
3.81	Possibilidade de utilização de cédulas de crédito rural, notas promissórias rurais e duplicatas rurais em operações de redesconto ...	108
3.82	Competência do Conselho Monetário Nacional para a fixação de taxas de desconto em operações de redesconto envolvendo notas promissórias rurais e duplicatas rurais.....	108
3.83	Nomeação de depositário para os bens apenhadados judicial ou convencionalmente.....	109
3.84	Seguro rural obrigatório .....	109
3.85	Padronização da cédula, da nota promissória e da duplicata rural.....	110
3.86	Inaplicabilidade da exigência de apresentação de certificado de cadastro junto ao INCRA e a impossibilidade de concessão de crédito rural a devedor que estiver sendo cobrado por dívida fiscal ajuizada pelo IBRA .....	111
3.87	Modelos .....	112
3.87.1	Modelo de Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária .....	112
3.87.2	Modelo de Nota de Crédito Rural.....	117
3.87.3	Modelo de Nota Promissória Rural.....	118
3.87.4	Modelo de Duplicata Rural.....	119
<b>CAPÍTULO 4 – CÉDULA DE PRODUTO RURAL.....</b>		<b>121</b>
4.1	Introdução ao estudo da CPR.....	121
4.2	Natureza jurídica da CPR.....	121
4.3	Principais características da Cédula de Produto Rural .....	122
4.4	CPR Financeira.....	124
4.5	Principais objetivos da criação das Cédulas de Produto Rurais Financeiras – CPRFs .....	126
4.6	Lei da CPR.....	126
4.6.1	Instituição da CPR.....	126
4.6.2	Legitimidade para a emissão da CPR .....	126
4.6.2.1	Conceito de produtor rural – pessoa física e jurídica .....	127
4.6.2.2	Associações.....	129

4.6.2.3	Cooperativas .....	130
4.6.3	Requisitos essenciais da CPR.....	131
4.6.4	Denominação .....	132
4.6.5	Data da entrega dos produtos .....	132
4.6.6	Nome do credor, cláusula à ordem e a caracterização da CPR como título abstrato e não causal .....	134
4.6.7	Promessa pura e simples de entregar o produto, sua indicação e as especificações de qualidade e quantidade.....	135
4.6.8	Local e condições da entrega do produto, a mora do credor e os danos advindos da conduta moratória.....	136
4.6.9	Descrição dos bens cedularmente vinculados em garantia.....	138
4.6.10	Data e lugar da emissão.....	139
4.6.11	Assinatura do emitente e suas exceções .....	139
4.6.12	Inclusão de cláusulas na CPR; a desnecessidade de antecipação do pagamento pela compra de produto em CPR e a emissão desta em garantia a contratos.....	140
4.6.13	Possibilidade de descrever a garantia em documento à parte.....	141
4.6.14	Simplificação da inscrição das garantias na cédula.....	142
4.6.15	Liquidez, certeza e exigibilidade do título; impossibilidade de recebimento de valor parcial em espécie na CPR Física e de produto na CPR Financeira .....	144
4.6.16	Cumprimento parcial da obrigação .....	146
4.6.17	Liquidação financeira da cédula – CPR Financeira .....	146
4.6.18	Identificação do preço ou do índice de preços necessários à liquidação financeira da cédula.....	148
4.6.19	Indicadores de preço .....	149
4.6.20	Caracterização da Cédula de Produto Rural Financeira ...	151
4.6.21	Liquidez, certeza e exigibilidade da Cédula de Produto Rural Financeira .....	151
4.6.22	Rito executivo para cobrança da Cédula de Produto Rural Financeira .....	152
4.6.23	Garantias.....	152
4.6.24	Hipoteca cedular na CPR.....	154
4.6.25	Penhor cedular.....	154
4.6.26	Fiel depositário .....	155
4.6.27	Solidariedade entre emitente e terceiro prestador da garantia de penhor.....	156
4.6.28	Aplicação da legislação geral sobre penhor na CPR e a abrangência do penhor frustrado sobre a colheita do ano seguinte .....	159
4.6.29	A não identificação dos bens dados em alienação fiduciária e a possibilidade de utilização dessa garantia sobre bens fungíveis de origem agrícola.....	161
4.6.30	Aditamento da CPR.....	163

4.6.31	Aplicação das normas de direito cambial na CPR.....	163
4.6.31.1	Os endossos devem ser completos.....	164
4.6.31.2	Os endossantes não respondem pela entrega do produto.....	164
4.6.31.3	Dispensa de protesto no direito de regresso contra os avalistas.....	164
4.6.32	Evicção, caso fortuito e força maior.....	164
4.6.33	Registro da CPR no cartório de domicílio do emitente e a possibilidade de registro no local onde os bens estão sendo formados ou empenhados.....	166
4.6.34	Averbação da CPR no cartório de localização do bem hipotecado e ou gravado de penhor.....	170
4.6.35	Prazo dos oficiais de cartório para inscrição ou averbação da CPR.....	170
4.6.36	Utilização subsidiária das normas aplicáveis às Cédulas de Crédito Rural para cobrança de emolumentos e custas cartoriais de registro da CPR.....	171
4.6.37	Anuência do credor para entrega do produto antes da data prevista na cédula.....	171
4.6.38	Vencimento antecipado da CPR.....	172
4.6.39	Rito executivo para cobrança da Cédula de Produto Rural Física.....	173
4.6.40	Estelionato por declarações falsas ou inexatas acerca de bens oferecidos em garantia da CPR.....	174
4.6.41	Impossibilidade de penhora ou sequestro dos bens vinculados à CPR por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestador de garantia real.....	175
4.6.42	CPR nos mercados de bolsas e de balcão.....	177
4.6.43	Registro da CPR em sistemas de registro e de liquidação financeira autorizados pelo Banco Central do Brasil.....	178
4.6.44	A CPR como ativo financeiro e a não incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.....	178
4.6.45	Principais características da CPR registrada em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil.....	179
4.6.46	Emissão da CPR em favor do garantidor na hipótese de contar com garantia de instituição financeira ou seguradora.....	179
4.6.47	O art. 3º da Lei 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, criadora da CPRF.....	180
4.7	Questões pontuais ao estudo da CPR.....	181
4.7.1	Vencimento da CPR.....	181
4.7.2	Vencimento antecipado das CPRs.....	181
4.7.3	Prescrição da CPR.....	182
4.7.3.1	Prescrição executiva.....	182

	4.7.3.2 Prescrição ordinária.....	184
4.7.4	CPR em garantia a outros títulos de crédito; do desvio de finalidade do título e sua utilização para novação de dívidas .....	184
4.7.5	Pluralidade de emitentes em CPR.....	185
4.7.6	Impenhorabilidade dos bens vinculados à Cédula de Produto Rural frente a dívidas trabalhistas e fiscais do devedor.....	186
4.7.7	CPR como título abstrato por não se vincular a uma causa específica ao não exigir individualização do produto comprado .....	191
4.7.8	Desnecessidade de identificação do local de formação da lavoura .....	192
4.7.9	Dispensa de penhor sobre o mesmo produto comprado por uma CPR e a possibilidade de emissão da cédula para aquisição de um tipo de produto e constituição de garantia de penhor sobre produto ou mercadoria diversos daquele objeto da transação principal.....	192
4.7.10	A problemática do local de formação da lavoura e suas consequências.....	194
4.7.11	Possibilidade de contratação e de recebimento de produto e/ou dinheiro, numa cédula de produto rural física e/ou financeira, sem a consequente perda da liquidez do título .....	196
4.7.12	Limitação de emissão de CPRFs apenas por instituições financeiras.....	198
4.7.13	CPR Financeira em moeda estrangeira – dólar.....	201
4.7.14	CPR Exportação .....	208
4.7.15	Prisão do infiel depositário .....	209
4.7.16	Cobrança de taxas e emolumentos para registro de CPRs perante os cartórios de registro de imóveis.....	211
4.8	Aplicação analógica do Decreto-lei 167/67 à CPR.....	215
4.8.1	A CPR e a Cédula de Crédito Rural.....	215
4.8.2	Semelhanças e diferenças entre as Cédulas de Crédito Rural (CCRs) e as Cédulas de Produtos Rurais (CPRs)..	216
4.8.3	Pluralidade de emitentes da cédula e a utilização do crédito concedido .....	218
4.8.4	Possibilidade de fiscalização da quantia financiada pelo financiador.....	219
4.8.5	Possibilidade de fiscalização dos imóveis de formação e ou localização dos produtos objeto da cédula e dos bens outorgados em garantia real.....	219
4.8.6	Vencimento antecipado de outros títulos e contratos firmados entre credor e devedor por inadimplemento de obrigação convencional na cédula.....	220



4.8.7	Inamovibilidade dos bens apenhados das propriedades mencionadas na cédula sem consentimento do credor...	220
4.8.8	Possibilidade de venda judicial antecipada de bens arrematados e penhorados antes do final do processo judicial..	220
4.8.9	Possibilidade de venda extrajudicial dos bens apenhados ou hipotecados.....	222
4.8.10	Obrigatoriedade de extensão dos bens dados em garantia ao pagamento do principal, juros, comissões, pena convencional, despesas legais e convencionais .....	223
4.8.11	Registro das CPRs em cartório e a aplicação subsidiária do art. 34 do Decreto-lei 167/67.....	223
4.8.12	Obrigatoriedade de reforço da garantia caso o valor de mercado das mesmas venha a baixar ou a diminuir por qualquer ocorrência ou motivo.....	223
4.9	Posicionamentos jurisprudenciais comentados .....	224
4.9.1	Possibilidade de emissão de CPR sem antecipação do preço; nulidade por desvio de finalidade e emissão como mera garantia contratual.....	224
4.9.2	CPR e a inaplicabilidade da teoria da imprevisão.....	228
4.9.3	Particularidades acerca da CPR Financeira – emissão e modalidade de execução.....	232
4.9.4	CPR e Cédula de Crédito Rural – Aplicação analógica e subsidiária ao Decreto-lei 167/67; cobrança de taxas e emolumentos em pé de igualdade entre CPRs e Cédulas de Crédito Rural à luz do Decreto-lei 167/67.....	239
4.10	Modelos .....	246
4.10.1	Modelo de CPR Física – 1 .....	246
4.10.2	Modelo de CPR Física – 2.....	250
4.10.3	Modelo de CPR Financeira – preço fixo – 1 .....	254
4.10.4	Modelo de CPR Financeira – preço fixo – 2 .....	259
4.10.5	Modelo de CPR Financeira – liquidação financeira por índice de preço eleito pelas partes a ser apurado por instituição idônea com divulgação diária.....	268
4.10.6	Modelo de procuração para comercialização secundária de CPR.....	273
4.10.7	Modelo de recibo de aval honrado em CPR Física.....	274
4.10.8	Modelo de aval honrado em CPR Financeira .....	275
4.10.9	Modelo de declaração para cancelamento de registro de cédula de produto rural.....	276
<b>CAPÍTULO 5 – NOVOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO.....</b>		<b>277</b>
5.1	Os novos títulos do agronegócio criados pela Lei 11.076/2004 ....	277
5.2	Securitização .....	279
5.2.1	Benefícios da securitização.....	280
5.2.2	A securitização no setor agrícola.....	282

5.3	Certificado de Depósito Agropecuário e <i>Warrant</i> Agropecuário – CDA-WA.....	283
5.4	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA .....	286
5.5	Letra de Crédito do Agronegócio – LCA .....	288
5.6	Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA .....	290
5.7	Nota Comercial do Agronegócio – NCA .....	292
5.8	Modelos .....	293
5.8.1	Modelo de CDA – Certificado de Depósito Agropecuário.....	293
5.8.2	Modelo de WA – <i>Warrant</i> Agropecuário.....	295
5.8.3	Modelo de CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio .....	296
5.8.4	Modelo de LCA – Letra de Crédito do Agronegócio.....	308

## PARTE II CONTRATOS

<b>CAPÍTULO 6 – CONTRATOS.....</b>	<b>311</b>	
6.1	Contratos .....	311
6.2	Conceito.....	312
6.3	Requisitos .....	312
6.4	Princípios que regem a formação contratual.....	314
6.5	Requisitos extrínsecos de validade dos contratos.....	315
6.6	Classificação dos contratos considerados em si mesmos.....	318
6.6.1	Classificação dos contratos quanto à natureza.....	318
6.6.2	Classificação dos contratos quanto à forma.....	319
6.6.3	Classificação dos contratos quanto à designação.....	319
6.6.4	Classificação dos contratos quanto ao objeto.....	320
6.6.5	Classificação dos contratos quanto ao tempo de execução.....	320
6.6.6	Classificação dos contratos quanto à pessoa do contratante.....	320
6.6.7	Classificação dos contratos reciprocamente considerados.....	321
6.7	Cessão de direitos.....	321
6.8	Contratos aleatórios, contratos comutativos e onerosidade excessiva em contratos rurais.....	322
<b>CAPÍTULO 7 – CONTRATOS RURAIS.....</b>	<b>325</b>	
7.1	Contratos rurais típicos e atípicos.....	325
7.2	Principais modalidades de contratos rurais típicos ou nominados.....	327
7.2.1	Do contrato de arrendamento rural.....	327
7.2.2	Do contrato de parceria rural.....	331

7.2.2.1	Da partilha dos frutos da parceria rural.....	334
7.2.3	Dos requisitos e normas essenciais aos contratos de arrendamento e parceria.....	334
7.2.4	Da natureza jurídica dos contratos de arrendamento e de parceria.....	337
7.2.5	Dos prazos dos contratos de arrendamento e de parceria.....	337
7.2.6	Da extinção dos contratos de arrendamento e de parceria.....	338
7.2.7	Das diferenças entre o contrato de arrendamento e o contrato de parceria.....	339
7.3	Principais modalidades de contratos rurais atípicos ou inominados.....	341
7.3.1	Comodato Rural.....	341
7.3.2	<i>Leasing</i> Agrário.....	347
7.3.3	Contrato de Pastoreio.....	347
7.3.4	Contrato de Roçado.....	348
7.3.5	Contrato do Fica.....	349
7.3.6	Compáscuo.....	349
7.4	Modelos.....	350
7.4.1	Modelo de Contrato de Arrendamento.....	350
7.4.2	Modelo de Contrato de Parceria Agrícola.....	353
<b>CAPÍTULO 8 – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO RURAL.....</b>		<b>357</b>
8.1	Mútuo.....	357
8.1.1	Diferenças entre empréstimo, comodato e mútuo.....	357
8.1.2	Natureza jurídica e características gerais do contrato de mútuo.....	359
8.1.3	Prazo e juros no mútuo.....	359
8.1.4	Direitos e obrigações do mutuante e do mutuário.....	360
8.1.5	Juros no mútuo oneroso.....	361
8.1.6	Capitalização de juros no contrato de mútuo tradicional, rural e bancário.....	363
8.1.7	Extinção do mútuo.....	364
8.2	Contrato de Compra e Venda.....	365
8.2.1	Natureza jurídica e características do contrato de compra e venda.....	365
8.2.2	Elementos da compra e venda.....	366
8.2.3	Contratos de compra e venda de produtos e insumos agropecuários.....	367
8.3	Contrato de crédito rotativo.....	368
8.4	Contratos derivativos.....	370
8.5	O mercado de derivativos no Brasil.....	371
8.6	Mercado a termo.....	371
8.6.1	Contrato a termo.....	371

8.7	Mercado de futuros .....	372
8.7.1	Contrato de futuros .....	373
8.8	Diferenças entre contratos a termo e contratos de futuros .....	373
8.9	Contrato de opções.....	374
8.10	Contrato de SWAP .....	375
8.11	Modelos .....	377
8.11.1	Modelo de contrato de compra e venda de produtos agrícolas – preço fixo .....	377
8.11.2	Modelo de contrato de compra e venda de produtos agrícolas – preço a fixar .....	384
8.11.3	Modelo de escritura de abertura de crédito e constituição de hipoteca .....	392
<b>CAPÍTULO 9 – BARTER</b> .....		399
9.1	<i>Barter</i> .....	399
9.2	Natureza jurídica dos institutos de direito aplicáveis às operações de <i>barter</i> .....	401
9.3	CPR e <i>barter</i> .....	402
9.4	Modelos de <i>barter</i> .....	403
9.4.1	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e contrato de vendedor .....	403
9.4.2	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e CDCA .....	404
9.4.3	Modelo de <i>barter</i> utilizando CPR, contrato de compra e venda de produtos rurais e LCA .....	405
9.4.4	Modelo de operação utilizando CDA/WA .....	407
9.4.5	Modelo de operação utilizando CPR, CDCA e CRA .....	408

### PARTE III GARANTIAS NO AGRONEGÓCIO

<b>CAPÍTULO 10 – GARANTIAS, HIPOTECA, PENHOR, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS FUNGÍVEIS DE ORIGEM AGRÍCOLA E PECUÁRIA, ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS IMÓVEIS E AVAL E FIANÇA</b> .....		413
10.1	Das garantias.....	413
10.2	Hipoteca.....	413
10.2.1	Conceito.....	414
10.2.2	Natureza jurídica .....	415
10.2.3	Direito de sequela e preferência.....	416
10.2.4	Princípios que regem a hipoteca.....	416
10.2.5	Dos bens que podem ser hipotecados – Requisito objetivo .....	418
10.2.6	Quem pode hipotecar – requisito subjetivo.....	419

10.2.7	Necessidade de um título – requisito formal .....	420
10.2.8	Pluralidade de hipotecas .....	420
10.2.9	Perempção da hipoteca – prazo de vencimento .....	421
10.2.10	Da extinção da hipoteca .....	422
10.2.11	Hipoteca legal e judicial.....	424
10.2.12	Remição.....	425
10.2.13	Outras características da hipoteca .....	426
10.2.14	Conclusão .....	426
10.3	Penhor.....	427
10.3.1	Conceito e constituição.....	427
10.3.2	Sujeitos .....	429
10.3.3	Direitos e obrigações do credor pignoratício .....	429
10.3.4	Características.....	431
10.3.5	Espécies.....	432
10.3.5.1	Penhor legal .....	432
10.3.5.2	Penhor rural.....	433
10.3.5.3	Penhor agrícola (art. 1.442 do CC).....	433
10.3.5.4	Penhor pecuário.....	436
10.3.5.5	Penhor industrial e mercantil.....	436
10.3.5.6	Penhor de direitos.....	438
10.3.5.7	Penhor de títulos de crédito .....	438
10.3.5.8	Penhor de veículos.....	439
10.3.6	Extinção do penhor .....	440
10.3.6.1	Extinção da dívida/cumprimento da obrigação.....	440
10.3.6.2	Perecimento do bem empenhado.....	440
10.3.6.3	Renúncia do credor.....	441
10.3.6.4	Adjudicação judicial, a remição ou a venda da coisa empenhada pelo credor ou por ele autorizada – Confusão.....	441
10.3.7	As diferentes formas de excussão do penhor outorgado em CPR Física e CPR Financeira .....	442
10.3.8	Constituição de penhor sobre imóvel hipotecado – direitos do credor pignoratício.....	442
10.3.9	Primariedade do registro da CPR e do Penhor.....	443
10.3.10	Registro de 1º grau em área comum – pluralidade de credores.....	445
10.4	Alienação Fiduciária.....	446
10.4.1	Histórico.....	446
10.4.2	Conceito .....	447
10.4.3	Alienação fiduciária de bens fungíveis de origem agrícola e pecuária.....	447
10.4.4	Alienação Fiduciária de bens imóveis.....	451

10.4.5	Legitimidade para contratação da alienação fiduciária de bem imóvel por financiadores diversos dos previstos pelo Sistema Financeiro Imobiliário e a alienação fiduciária de imóvel na CPR.....	453
10.5	Aval e Fiança .....	459
10.5.1	Aval – conceito e requisitos .....	459
10.5.2	Aval parcial.....	461
10.5.3	Aval posterior.....	461
10.6	Do contrato de fiança .....	461
10.6.1	Definição.....	461
10.6.2	Natureza Jurídica da fiança.....	462
10.6.3	Modalidades .....	462
10.6.4	Noções gerais .....	463
10.6.5	Diferenças entre aval e fiança.....	463
10.6.6	Quadro comparativo – aval x fiança.....	465
10.7	Modelos .....	466
10.7.1	Modelo de contrato de penhor agrícola por instrumento particular.....	466
10.7.2	Modelo de Carta de Fiança.....	475
<b>CAPÍTULO 11 – PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS .....</b>		<b>481</b>
11.1	Exemplos de padrões de classificação e especificação de produtos agropecuários utilizados nos títulos do agronegócio brasileiro.....	481
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>489</b>